

O PIAUÍ NO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA: contribuição para construção do império em 1823

Johny Santana de Araújo*
(Universidade Federal do Piauí)

Resumo: O presente trabalho procura explorar como se deu a condução do processo de independência no Piauí em 1823. Três elementos são fundamentais para a reconstituição dessa narrativa. Primeiro, a importância da região para a manutenção do império colonial português na América; em segundo lugar, a intensa mobilização político-social e militar, que são fundamentais para a compreensão de um discurso nacional que foi moldado anos depois, e, por fim, o encaminhamento dado às figuras proeminentes nesse processo, personificado pelos diferentes caminhos seguidos pelos atores políticos no pós-independência.

Palavras-chave: Independência no Piauí. Elites Políticas. Sedição.

Abstract: This paper search to explore how happened the conducting of the independence process in Piauí in 1823. Three elements are essential to the reconstitution of this narrative, the first is the importance of the region for the maintenance Portuguese colonial empire in America. In second place the intense mobilization social and military political which are foundations for the understanding of a national discourse which was molded some years later, and ultimately the forwarding given to the prominent figures in this process, personified by the different ways followed by actors political in the post-independence.

Keywords: Independence in Piauí, Political Elites, Sedition.

Construção da unidade territorial e da identidade

Segundo Istvan Jancso, ao menos até o final do século XVIII e início do XIX, para muitos homens, viver em qualquer região que fosse da América ibérica, significava que as suas identidades políticas passavam pelo reconhecimento ou pela negação de realidades, dentre as quais o nacional era a menos definido¹. Ou seja, era duvidoso encontrar no início do século XIX uma noção de identidade nacional na América do Sul, mesmo que essa identidade fosse de caráter territorial.

Em outra perspectiva, pode-se entender que o elo de unidade territorial, no fim da primeira metade do século XIX, era tão somente a manutenção da base econômica mercantil escravista². Seja como for, não é possível afirmar ainda que a unidade do Brasil fosse sustentada por uma verdadeira comunhão de interesses nacionais emanados de cada província, mesmo porque a ideia de independência ou não, girava, em grande parte, em torno dos interesses de uma elite, cuja permanência de alguns privilégios deveria ser garantida, incluindo a manutenção da base econômica escravista, como de fato ocorreu.

Após a independência³ podemos apontar que, de acordo com Brum, “[...] manteve-se o regime monárquico, e o herdeiro do trono português tornou-se imperador do Brasil. Manteve-se a mesma estrutura econômica e o sistema escravista, com uma estrutura social dicotomizada e acentuada discriminação”⁴.

A grande questão a ser analisada é como os grupos políticos se articularam no Piauí a fim de promover a separação de Portugal e aderir à independência, que havia sido desencadeada pelo príncipe regente D. Pedro.

No decorrer do processo de independência houve dificuldades para a consolidação e manutenção do processo de separação de Portugal, fato revelado pela guerra e pela necessidade de deslocamento para o norte do ainda reino unido do Brasil de considerável quantidade de forças militares, para expulsar os portugueses e garantir a adesão de algumas províncias, cujas elites políticas e econômicas não reconheciam um novo governo livre de Portugal, fato que se aplica mais especificadamente ao Maranhão e ao Pará, sobretudo por conta dos fortes elos comerciais iniciados ainda na época da Companhia de Comércio do Grão Pará-Maranhão.

Por outro lado, para a unidade do nascente Império, foi necessário também cooptar nos meios populares forças para garantir, por meio das armas, a expulsão dos portugueses e a consolidação da independência. Nesse ponto, o Piauí, tanto quanto a Bahia é exemplo cabal.

De acordo com Hobsbawm, nega-se o inimigo na tentativa de se auto-afirmar enquanto nação, gerando, assim, a questão da identificação nacional⁵. Essa negação pode ser demonstrada através do forte sentimento brasileiro de negação ao português, sendo este remetido à necessidade de se “descolonizar” e conseguir características próprias, tanto no âmbito político quanto cultural.

No Piauí, cuja consolidação da Independência foi marcada por uma violenta ação militar para expulsão dos portugueses, foi necessário contar com a participação dos grupos populares que, em grande parte, foram seduzidos pelo discurso nacionalista, encabeçado por uma parcela significativa das elites, a fim de constituir um verdadeiro exército libertador⁶. Ou seja, foi imperativo se construir um discurso de nacionalidade para que a população pobre pudesse compor um exército patriota.

Anos depois, a memória da ação dessas tropas foi fato amplamente explorado pelo governo da província⁷, o que nos remete a uma observação de Le Goff sobre o fato de a memória ser “[...] um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, individual e coletiva”, sendo que a memória coletiva seria ainda, de acordo com Le Goff, “[...] um

instrumento e um objeto de poder”⁸. É a invocação dessa memória coletiva um dos elementos que serviram de base para a incorporação do regional na unidade nacional em dias atuais.

O projeto da metrópole portuguesa para o Piauí

As cortes portuguesas, ao intuíram que a independência da antiga colônia era um ato irreversível, decidiram manter sob seu controle pelo menos o norte do país. Para esse projeto, a presença de tropas no Piauí ajudariam na consecução do ambicioso projeto de garantir a vizinha região do Maranhão

Para tanto, é necessário observar que o norte do Brasil era para Portugal, na prática, outra colônia, e que havia um distanciamento muito grande destas em relação as demais capitânicas do norte e por extensão ao Rio de Janeiro. Nunes observa que

Os dois estados vivam separados, por vezes havendo atrito de jurisdição entre suas autoridades por motivos de fronteiras. Como traço de coesão, a coroa de El-Rei. Quando na independência, o Maranhão ainda estava completamente desarticulado do Brasil, Pará e Maranhão pouco se interessavam pela Bahia, Pernambuco, Rio. Seu comercio era feito diretamente com a metrópole, e com muito mais facilidade e presteza do que com a parte oriental da colônia portuguesa⁹.

Ainda segundo Nunes, esse dualismo implícito, mas palpável, será a causa de certas divergências, quando da independência entre brasileiros do norte e brasileiros do sul¹⁰.

Entre o Brasil e o Maranhão havia uma região intermediária propensa a estabelecer a união entre as duas colônias, o Piauí, que ora pertencia ao Maranhão, ora ao Brasil¹¹. Essa região chegou a ter os mais ricos rebanhos de todo o império colonial português na América detentor de uma bacia hidrográfica que intercambiava com o mar e atravessava fartos núcleos coloniais portugueses¹². Havia ainda a possibilidade do intercambio marítimo ser feito diretamente com a metrópole portuguesa.

No aspecto econômico, segundo Nelson Werneck Sodré, no início do primeiro reinado, “cada província vinha se especializando na produção de determinado gênero, destinado à exportação [...]. Estavam voltadas para o exterior mais do que para o Rio de Janeiro, onde, entretanto, estava o poder”¹³. A noção apontada por Werneck Sodré sugere que a questão da identidade nacional, nos primórdios do império, poderia então ser considerado como algo ainda disperso e somente se manteve devido aos interesses de manutenção do escravismo, situação que se estendeu até o fim da primeira metade do século XIX.

No caso do Maranhão, por mais que se encontrasse desarticulado com o Brasil, encontrava-se ligado ao Piauí, tanto pela proximidade quanto pela dependência de seus

rebanhos. Essa comunicação era fator importante em virtude das dificuldades de navegação entre o norte e o sul do Brasil. Percebe-se que uma das vantagens de ter o Piauí sobre seus domínios era a possibilidade de comunicação pelo interior que aproximaria o território colonial do Maranhão ao território colonial do Brasil¹⁴.

Havia uma grande dificuldade para fazer comércio através da navegação do Pará para Pernambuco, demorava em média de três a cinco meses. E até seis para a corte no Rio de Janeiro. Dessa forma a capital Oeiras tendia a ser o centro das comunicações comerciais, e por extensão, o Piauí poderia estabelecer a unidade do país. A capitania do Piauí ainda espalhava seu rebanho de gado por boa parte do Brasil, entre o norte e o sul, mas mantinha um vínculo maior com o Maranhão¹⁵. Significava então que o interior e o centro do Piauí seriam a fronteira entre o novo Império do Brasil e a nova Colônia portuguesa no norte, e por conta de seus recursos, seria naturalmente disputado.

Economicamente, a pecuária continuava então a ter uma importância crucial para a economia do Piauí, visto que a vizinha capitania do Maranhão começava a ser produtora de algodão, em termos de mercado o Maranhão pela vila de Caxias começava a rivalizar com o Piauí. Mas, a inserção do Piauí no mercado externo ocorreria somente anos mais tarde fruto da realização de um projeto originalmente proposto pelo conselheiro José Antônio Saraiva¹⁶, no século XIX, quando presidente da Província, período em que foi feita a transferência da capital de Oeiras para a nova cidade chamada Teresina às margens do Rio Parnaíba em 1852¹⁷.

Para Santana, apesar do quadro descrito em 1857 pelo Presidente da Província do Piauí, João José de Oliveira Junqueira, a pecuária continuava tal como ao longo da primeira metade do século XIX a aparecer como a primeira fonte de riqueza do Piauí¹⁸.

A condição econômica do Piauí em 1821 podia ser considerada como razoável, o que lhe garantia a manutenção da ocupação portuguesa na região. Uma parte significativa da população se concentrava na região litorânea ao norte e outra nos vales entorno dos rios Poti, Canindé e Longá. Havia um prospero comércio e a exportação de produtos regionais era realizada no porto da Vila de Parnaíba, onde a atividade agropecuária também crescia muito. De acordo com Castro, em média de quinze mil bois eram abatidos em Parnaíba somente para abastecer de carnes outros mercados como do Maranhão, do Ceará e da Bahia. Além do gado havia ainda o comércio de algodão era considerado o melhor do Brasil, juntamente com o fumo, e a cana-de-açúcar¹⁹.

O Piauí encontra-se na região meio-norte do país e para o projeto português na época da crise separatista, a sua manutenção seria essencial, tanto pelo rebanho como pela ligação ao Maranhão.

Com as ideias de independência propagando por todo território nacional, no ano de 1821, a corte portuguesa ordenou que a colônia jurasse à Constituição portuguesa, mantendo pressão através de cartas regias, que possuíam um caráter de restabelecimento da condição de colônia. Desde 1820 havia concentração de armamento e tropas na Maranhão que foram prontamente despachadas para o Piauí. Por essa época, chegou a Oeiras o novo governador das Armas²⁰, João José da Cunha Fidié, que havia sido veterano das guerras napoleônicas²¹.

Se pensarmos à luz dessa ideia, pode-se intuir qual seria a importância do Piauí no projeto de manutenção da presença portuguesa no norte e qual a importância desta para a constituição do império. Se observarmos a dimensão do contingente de soldados portugueses, a presença de um militar português extremamente experimentado no campo de batalha como Fidié e o embate militar ocorrido na região, pode-se dimensionar a importância da região para ambos os contendores, Portugal e o nascente império representado pelas lideranças locais.

Diante dessa conjuntura, também é importante frisar que no Piauí as relações sociais no campo eram definidas em grande parte a partir da exploração do colono pelo dono da terra²². No entanto, esta situação se diferenciava ao nível das relações escravistas que, na província, tinham como uma de suas peculiaridades a estatização destas por meio das fazendas reais e depois nacionais, ou pela forma de exploração do escravo particular nas fazendas de gado²³.

Diante desse contexto, é possível pensar de igual forma, o lugar do Brasil como imerso numa economia fornecedora de matérias primas ao mercado internacional, o que estava de acordo com as ideias liberais vigentes na época.

Ademais, compreender a dinâmica que caracteriza a economia do Piauí no período anterior à segunda metade do século XIX, somente é possível à medida que permite compreender o lugar do Piauí no Império, notadamente a “[...] medida do entendimento da posição [da Província] no contexto regional e à luz dos problemas e perspectivas da economia nacional”²⁴. Para além dessa afirmação, podemos compreender que a dinâmica social do Piauí também deve ser vista à luz da centralização do Império em meados do século XIX.

No Piauí, com ausência da *plantation*, ou seja, grandes áreas de plantação, a terra era explorada por meio do colonato, o que abria espaço para uma maior exploração do homem pobre do campo, este ocupava a terra do senhor local, trabalhando para ele, entregando parte de sua produção em troca de proteção²⁵. Estabelecia-se dessa forma uma relação de apadrinhamento e dependência pautada numa troca essencialmente injusta.

Anos depois, Arthur Neiva e Belisario Pena, que haviam se dirigido ao sul do Piauí e identificado a realidade daquela região, particularmente a vila de Parnaguá, dizendo que era de “[...] pobreza e quase miséria gerais [...]”, e que tal situação explica a dependência extrema dos miseráveis aos poucos indivíduos que dispõem de alguns recursos “[...] sem que esses procurem minorar as precaríssimas condições de seus dominados”²⁶.

O traço de dominação e dependência também havia sido identificado por outros viajantes, como Henry Koster, ao viajar pela fronteira da província com o Ceará. A distância dos centros urbanos e a estrutura social do sertão permitiam o aparecimento de potentados que viviam nos confins do interior do Piauí ou de suas regiões limítrofes, onde na ausência do Estado, estes se faziam de Estado e desafiavam as leis civis e criminais da colônia e posteriormente do reino unido. Vingavam ofensas com a morte, oprimindo os pobres e aterrando [outros] ricos²⁷.

Segundo Henry Koster, o poder no sertão não era baseado propriamente na riqueza, estava mais ligado ao número de servidores e agregados leais que formavam uma espécie de exército particular informal ou formalizado caso o chefe tivesse patente de Ordenanças ou das Milícias. Dessa forma, a mobilidade social também dependia da habilidade, coragem e inteligência do vaqueiro, que conseguia acumular um pecúlio e iniciar sua própria criação em terras alugadas ou apossadas²⁸.

Henry Koster pôde perceber que na primeira metade do século XIX, as contradições que permeavam a sociedade de então, a rigidez que as caracterizava, além de suas desigualdades extremas, como bem observou em sua viagem ao Piauí, representavam um traço de dominação dos muito pobres pelos potentados locais.

Essa observação sobre a economia, as relações sociais entre colonos, pobres, e potentados, permite-nos compreender como foi construído um discurso de arregimentação popular contra a presença portuguesa, e como essa mesma geração anos depois não veria satisfeitas suas realizações no âmbito da justiça social, os limites da cidadania dificilmente seriam estabelecidos no decorrer do governo provincial constituído no Piauí pelas mãos de Manoel de Sousa Martins, o barão da Parnaíba.

O processo de independência no Piauí 1822 - 1823

Para além de um entendimento que contemple a explicação sobre qual o lugar do Piauí no Império, deve se buscar quais são as noções do que seria pátria, pois, de certa forma, existiu uma construção simbólica elaborada a partir do governo, em relação às tropas

organizadas contra os portugueses. Tais tropas, no entanto, poderiam ser entendidas como voluntárias de uma pátria que paradoxalmente não agregava a todos como cidadãos²⁹. O discurso de cidadania e nacionalismo também seria construído ao longo do 1º reinado, da regência e do 2º reinado.

Em 1821 a situação política no Piauí era muito instável. A província era governada por uma Junta Governativa desde 7 de abril, em obediência ao Decreto das Cortes de Lisboa, de 29 de setembro de 1820. Mas, o ambiente era de incertezas e insegurança. A possibilidade de insurreição era esperada em grande parte por influência das notícias vindas da Bahia, Pernambuco, Ceará e do Sul.

Segundo Dias³⁰, a efervescência política intranquilizava as autoridades portuguesas no Piauí, e o ambiente na capital Oeiras era de tensão. As principais vilas, Campo Maior e Parnaíba se agitavam com os “pasquins sediciosos”, que conclamavam o povo a se rebelar contra os portugueses. O próprio juiz em Parnaíba, João Cândido de Jesus e Silva, que havia sido incitado pelos portugueses a abrir uma devassa para investigar o que ocorria, acabou aderindo à causa da independência.

Na província, como já foi possível indicar, houve uma ação militar violenta que adquiriu importância considerável no processo de independência no Norte do Brasil, pois ao longo da região um movimento sedicioso ganhou força em duas vilas de grande importância, a de Parnaíba e Campo Maior e na capital Oeiras.

Após a sucessão de acontecimentos, a Câmara Municipal de Parnaíba havia mantido em sigilo o ofício enviado pelo Ministro do Reino José Bonifácio para que fossem eleitos os deputados da Assembleia Geral Constitucional do Brasil, o que já havia gerado fortes desentendimentos dentro da Câmara. Por outro lado, foi divulgada de forma ampla a determinação das cortes portuguesas para que fosse realizada eleição para uma nova junta governativa. Apesar disso, foi quase impossível impedir as manifestações a favor da Independência³¹.

No litoral, em Parnaíba, em 19 de outubro de 1822, foi proclamada pelas mãos de Simplicio Dias da Silva e João Cândido de Deus e Silva, o primeiro coronel da milícia e o segundo juiz de direito, a adesão do Piauí à independência do Brasil. E sob aplausos dos presentes, deram vivas a S A R, Dom Pedro I e a “Independência do Brasil”. Em 23 de outubro, a Câmara daquela vila comunicou à de Campo Maior o que ocorrera no dia 19 e a convidou a fazer o mesmo³². Na capital, Oeiras, por meio de Manoel de Sousa Martins iniciou-se um levante contra os portugueses em 24 de janeiro de 1823.

Numa tentativa desesperada de conter o movimento de separação que havia estourado em Parnaíba, o então comandante das armas, Major João José da Cunha Fidié, havia partido de Oeiras com um destacamento militar considerável. Ao chegar a Parnaíba, após realizar a sua missão, veio até ele a notícia da sedição na própria capital, Oeiras, razão que o fez retornar de imediato a fim de sufocar a ação dos revoltosos.³³

Ao longo do caminho, com a aproximação da vila de Campo Maior, Fidié e suas tropas depararam com uma coluna de revoltosos pró-independência, que, liderados pelo capitão Luis Rodrigues Chaves, entraram em linha de combate, sendo travada então no Piauí uma das mais importantes batalhas da Guerra de independência. O combate foi próximo ao riacho Jenipapo, ocorrido em 13 de março de 1823³⁴.

O desenrolar do combate resultou na derrota da coluna de revoltosos, em parte por decorrência do nível de organização das tropas portuguesas e do maior poder de fogo destes. No entanto, um detalhe muito sutil daquela ação militar acabou transformando a rápida vitória em uma derrota de longo prazo, pois significava que quantidade do material bélico das tropas portuguesas havia caído em mãos dos rebeldes, incluindo toda a bagagem e suprimento militar dos portugueses. Desta faziam parte as ordens de comando, os despachos e uma quantidade razoável de dinheiro.

Após o choque ocorreu a debandada geral dos revolucionários,³⁵ levando todos os suprimentos portugueses. Quanto às tropas portuguesas, estas procederam à ocupação de uma fazenda próxima à vila de Campo Maior. Fidié, posteriormente, recuou até à vila de Caxias, no Maranhão, para não mais aparecer no Piauí. Com a vitória total das forças sediciosas no Piauí, no Maranhão e no Pará, Cunha Fidié foi preso pela junta governativa provisória do Maranhão sendo enviado ao Rio de Janeiro, retornando posteriormente a Portugal³⁶.

Sobre a guerra de independência no Piauí, no que se refere à perspectiva da população pobre no que concerne a um desejo em comum de liberdade, Claudete Dias aponta que

[...] o que unia uma população de composição social tão heterogênea era o sentido de ser brasileiro, diferente de ser português, o desejo de expulsar o elemento estrangeiro que representava os problemas existentes em suas vidas, a liberdade de poder conduzir os seus próprios interesses, ou seja, libertar-se do domínio português.³⁷

Após a saída dos portugueses, assumiu o governo do Piauí o Brigadeiro Manoel de Sousa Martins, que desempenhou papel importante como principal negociador com as tropas oriundas do Ceará, que cobraram pela atuação na guerra de independência. Sousa Martins,

negociando com estratégia, conseguiu por fim aos conflitos gerados pelo movimento da independência na Província do Piauí.

Na ocasião mostrou ser cauteloso, sabendo aproveitar a oportunidade e se tornou liderança com capacidade de articulação e coordenação política, Segundo Brandão, Sousa Martins [...] é na verdade, o comandante, o chefe. Tem as qualidades exigidas para os que se predestinam às grandes decisões históricas³⁸. Do movimento das tropas até à condução de Fidié para a Bahia, assim como o retorno das tropas das Províncias vizinhas, ele esteve a frente de tudo.

É possível observar que após as lutas pela independência acabaram ocorrendo embates políticos no Império. No Piauí, essas ocorrências não foram diferentes. Havia muitas dificuldades a serem transpostas. A primeira delas era a definição do comando político da região. Reconhecendo os méritos e o patriotismo de Simplício Dias da Silva, Comandante Militar da Vila da Parnaíba, o Imperador D. Pedro I o nomeia presidente da Província do Piauí. Mas, alegando motivos de ordem pessoal, Simplício Dias, declinou da escolha³⁹.

O Imperador nomeou então para o novo governo provisório Manoel de Sousa Martins, que ficou encarregado de manter a paz e a ordem na província. Porém, as vilas que outrora durante o processo de Independência estavam sediciosas e favoráveis ao Império, no ano de 1824 encontravam-se dispostas para aderir ao ideal republicano proclamada em Recife.

A província do Piauí acabou enfrentando uma dura repressão por parte do governo central, por conta da sua parcial adesão ao movimento da Confederação do Equador⁴⁰, movimento insurgente de cunho separatista e republicano que atingiu as provinciais do norte, o Ceará, o Rio Grande do Norte, a Paraíba e tinha como centro irradiador a província de Pernambuco.

Em meados do século XIX, o Piauí foi sacudido ainda pela Balaiada, cujas fronteiras haviam sido transpostas do Maranhão, trazendo o caos quase completo a toda província, agravando seriamente a economia e fragilizando mais ainda as tênues relações sociais, cujas identidades ainda estavam em processo de consolidação.

Manoel de Sousa Martins iniciou o seu governo na Província do Piauí em 1823, permanecendo na frente da mesma por longos vinte anos, conduzindo com dureza os negócios da região. Sousa Martins atraiu para si a oposição de camponeses sem terra e pequenos proprietários, de tal maneira que sua administração foi caracterizada por dois grandes movimentos, um político, a Confederação do Equador, e um político e social, a Balaiada⁴¹, sem contar o próprio movimento pela expulsão dos portugueses. “A Independência e a

Balaiada marcaram a história política do Estado, tanto quanto a figura do Visconde da Parnaíba, que termina o seu governo em 1843[...].⁴²

A figura de Sousa Martins teve o “[...] sentido de criar uma face nítida ao poder político piauiense, definindo os atores políticos privilegiados e criando a arena onde seus interesses e ações irão encontrar apoio”.⁴³

Sobre a independência, Claudete Dias afirma que o projeto vitorioso do movimento foi o das elites. Segundo a autora, seria “[...] importante verificar os interesses ou significado da independência para os grupos populares e até que ponto houve autonomia nas inúmeras manifestações em que estiveram envolvidos”.⁴⁴

Durante a Balaiada, a repressão política e social foi dirigida não apenas contra escravos rebelados, mas contra setores da população mais pobre, exatamente por conta da marginalização dos seus interesses, pois haviam sido ludibriados após a independência.⁴⁵

Outros também acabaram desfalcados após a consolidação do movimento de independência, formando um grupo de tendência política abertamente liberal, dos quais, João de Deus Castelo Branco e Simplício Dias faziam parte. No outro extremo encontrava-se a figura do Brigadeiro Sousa Martins, que atuaria dentro dos “Moldes do Império”⁴⁶ com pulso forte no sentido de garantir o projeto de centralização dos conservadores⁴⁷.

A personificação do Estado nos potentados do sertão: os atores políticos sociais do processo de independência

Os grandes chefes políticos que lideraram o processo de independência em 1823 logo em seguida em 1824 se veriam novamente só que em condições opostas cuja luta que desencadeariam representava antagonismos fruto de demandas reprimidas no jogo pelo poder após a consolidação da independência na Província do Piauí.

Em sua maioria, as lideranças políticas eram personificadas nos grandes potentados do interior que mantinham e solidificavam as relações de dominação com seus agregados. Assim, as relações que se estabeleceram entre os grandes proprietários, fossem eles senhores de engenho, criadores de gado e seus subordinados, foram, sobretudo, baseadas na dependência econômica dos excluídos da posse da terra ou dos engenhos.

Estes, em grande parte, compunham o grupo dos colonos, e são aqueles mesmos que ocuparam o pensamento de Koster quando num momento de reflexão em sua propriedade no interior de Pernambuco comparava a vida que levava no sertão com a época feudal na Europa, assim escreveu que,

[...] O grande poder do agricultor, não somente nos seus escravos mas sua autoridade sobre as pessoas livres das classes pobres; o respeito que esses barões exigiam dos moradores de suas terras, a assistência que recebem dos rendeiros em caso de insulto por parte de um vizinho igual, a dependência dos camponeses e seus desejos de ficar sob a sua proteção particular de um individuo rico, que seja capaz de livrá-los de toda opressão[...].

Mary Carvalho, estudando sobre Henry Koster, e analisando a sua passagem pelo Piauí em 1821, quando o referido viajante fez suas observações sobre Simplício Dias, afirma que,

Numa segunda viagem dessa vez de Pernambuco ao Maranhão possivelmente passou pela cidade de Parnaíba onde fez uma das mais incríveis descrições sobre um dos maiores potentados daquela época de transição do Brasil colônia para império, era Simplício Dias da Silva, rico comerciante que havia montado um vasto império no litoral do Piauí⁴⁸.

Segundo a autora, Koster havia deixado inclusive varias impressões sobre o potentado: “As duas viagens deixaram notórias impressões sobre o poder político e econômico de potentados na capitania do Piauí”⁴⁹.

Mary Carvalho atentou para a relação construída entre o notório viajante Henry Koster e a atuação política de Simplício Dias com o movimento republicano de 1817⁵⁰, em Pernambuco. Identificando para além da sua condição de rico comerciante, a de interlocutor de seus líderes políticos, Simplício Dias teria atuado como artífice de ligação entre movimento de 1817 e o Piauí.

Koster viajou até a cidade de Parnaíba, que muito embora não ficassem claro quais era suas intenções o mesmo havia encontrado o grande negociante piauiense Simplício Dias da Silva, conhecido pelo o seu envolvimento com alguns dos mais importantes atores políticos que iriam tomar parte no futuro processo de independência, e que já haviam tomado parte no movimento liberal de Pernambuco em 1817⁵¹.

Durante a Confederação do Equador, em 1824, as lideranças que haviam tomado parte na luta pela expulsão dos portugueses, agora se encontravam sediciosos, e algumas vilas, como a de Campo Maior, local onde havia sido deflagrada a Batalha do Jenipapo, foi a primeira a não aderir à nova constituição do império, ao adiar por varias vezes a cerimônia de juramento. E por extensão, muitos líderes que arquitetaram a independência assinavam a adesão da Câmara de Parnaíba ao movimento de Pernambuco.

Sob a inspiração e João de Cândido de Deus e Silva, em 25 de agosto de 1824, a câmara de Parnaíba adere ao movimento, apoiada pelos vereadores Rodrigues Falcão, Veridiano Brochado, João José Sales, José Meireles e João Cardoso. Apoiavam também a “república pernambucana” Leonardo Castelo Branco, Miranda Osório, Padre Francisco Barros, os comandantes de

tropa Domingos da Silva Henriques, Agenor Saraiva, do capitão da Costa Amorim, muitos deles seus amigos, veteranos das lutas do ano anterior, contra Fidié⁵².

De acordo com Mendes, havia um espírito liberal e revolucionário intrínseco à elite parnaibana, e esta continuava viva.

[...] Sob inspiração do juiz e presidente da Câmara Municipal, Dr. João Cândido de Deus e Silva e com o beneplácito do líder político-militar da região, Cel. Simplício Dias da Silva, Parnaíba rebela-se novamente e proclama a República, declarando adesão a Confederação do Equador, em 25 de agosto de 1824⁵³.

A propaganda republicana também havia conseguido a adesão da vila de Piracuruca. O governo provincial, temendo o alastramento das ideias revolucionárias, desencadeou uma violenta repressão sobre os sediciosos. “José Francisco de Miranda Osório, a serviço dos revolucionários parnaibanos, é preso em Oeiras quando propagava as ideias da república”⁵⁴.

Além da vila de Campo Maior, a que mais preocupava Manoel de Sousa Martins era a de Parnaíba. O presidente Sousa Martins dirigiu todas as forças para conter os revoltosos de Campo Maior e por extensão a Parnaíba, visando fazê-los obedecer ao Imperador e abdicarem das ideias republicanas oriundas de Pernambuco⁵⁵.

Frei Caneca, em texto de 1824, expressa que apesar de vários agentes políticos terem aclamado o novo imperador, o padre apresentava sua interpretação da unidade como o pacto consensual entre as províncias. Estas, com a Independência, teriam conquistado o direito de escolher cada qual o caminho que deveria seguir, renunciando ao Império.

Segundo suas palavras, ele afirmava que:

Quando aqueles sujeitos do sítio do Ipiranga, no seu exaltado entusiasmo, aclamaram a S.M.I. e foram imitados pelos aferventados fluminenses, Bahia podia constituir-se república; Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande, Ceará e Piauí, federação; Sergipe d’el Rei, reino; Maranhão e Pará, monarquia constitucional; Rio Grande do Sul, estado despótico⁵⁶.

Como consequência da aventura republicana que o Piauí e os parnaibanos ousaram aventurar, foram à prisão do Juiz Dr. João Cândido de Deus e Silva, além da suspensão de toda a Câmara Municipal, em 16 de fevereiro de 1825, por ordem do Ministro da Justiça do Império, Clemente Ferreira França⁵⁷.

Simplício Dias, Miranda Osorio, Leonardo de Carvalho Castelo Branco e Manoel de Sousa Martins foram os atores políticos que articularam o fim da dominação portuguesa no

Piauí,⁵⁸ os seus destinos seriam determinados por suas escolhas políticas em grande medida adversas.

A adesão à causa da Independência, de uma maneira geral, nas províncias não deu de forma tão tranquila, sendo bastante gradual, na maioria das vezes com conclamações, juras e vivas ao imperador, que não representava de fato um compromisso patriótico.

Tais solenidades e a declaração formal de Independência não implicaram, contudo, a adesão imediata e pacífica de todas as províncias ao Império nascente. Embora a maioria delas fosse progressivamente manifestando sua incorporação à nova entidade política em fins de 1822 e em princípios do ano seguinte, em províncias como o Grão-Pará, o Maranhão, o Piauí, o Ceará e a Bahia a situação foi mais complicada⁵⁹.

A independência do Brasil foi resultado de um processo diverso e duradouro, onde se legou a permanência de tensões internas e externas. Um novo país que passou a conviver com uma nova mentalidade ocidental, liberal e revolucionário. Um país que entrava em um processo de modificação no mundo das ideias, em que muitos dos atores políticos e sociais beberam dessa fonte, mas continuaram carentes de um sentimento de nacionalidade. Sobre a situação instaurada no Brasil pós-independência, Maria Odila afirma que,

Os políticos da época eram bem conscientes da insegurança das tensões internas sociais, raciais, da fragmentação, dos regionalismos, da falta de unidade que não dera margem ao aparecimento de uma consciência nacional capaz de dar força a um movimento revolucionário disposto a reconstruir a sociedade⁶⁰.

A grande questão era conter o que muitos chamavam de “o carro da revolução”, havia um forte temor por sedições de toda ordem, a ruptura do país parecia evidente, os localismos, os regionalismos, o federalismo que pululava à cabeça de muitos intelectuais e o forte republicanismo oriundo de Pernambuco contribuía para um clima de desconfiança. Portanto,

Não faltavam manifestações exaltadas de nativismo e pressões bem definidas de interesses localistas. No entanto, a consciência propriamente ‘nacional’ viria pela integração das diversas províncias e seria uma imposição da nova Corte no Rio de Janeiro (1840-1850) conseguida a duras penas por meio da luta pela centralização do poder e da ‘vontade de ser brasileiro’, que foi talvez uma das principais forças políticas modeladoras do Império; a vontade de se constituir e de sobreviver como nação civilizada [...] ⁶¹.

Ao que se refere independência, um ponto importante a ser observado é à questão da direcionabilidade do movimento, quando a orientação exercida por lideranças políticas, em parte personificadas pelos panfletos que circularam na vila de Parnaíba, pelas conclamações populares, pelas adesões assinadas em Parnaíba, pela atitude de ruptura encenada por Manoel

de Sousa Martins em Oeiras, todas tiveram indiscutível importância para cooptar o apoio popular contra a presença dos portugueses em solo piauiense e por extensão no próprio Brasil.

De acordo com José Murilo de Carvalho, “[...] se a ideia de Brasil não estava no horizonte mental de grupos locais e da população em geral, estava na cabeça dos políticos que lideraram o processo de independência”⁶².

Como já foi dito anteriormente, a identidade nacional, no processo de independência, era baseada em fatores negativos, na oposição ao estrangeiro, ao português em especial. Segundo Carvalho, a elite política imperial empenhara-se pouco em definir “[...] ações pedagógicas dirigidas à população, que buscassem identificar a monarquia ao imperador e este à nação”⁶³, o que obviamente não realizava a passagem da construção política imaginada em nação.

Concordamos em parte com essa afirmação, ao lembrarmos a questão do projeto de nação imaginada pela elite. Para essa, a grande nação não contemplava parte da sociedade, especificamente os excluídos de toda ordem, marginais, miseráveis, desapropriados e a massa de escravos.

Por fim, seria muito difícil imaginar uma nação antes mesmo de ela existir, uma vez que ainda precisava ser inventada. Entre 1823 e 1838⁶⁴, a não existência clara e efetiva da concepção de nação é o que dificultava a existência de um Império que privilegiasse a todos, o que acabou abrindo espaços para maiores reivindicações populares.

Conclusão

O discurso de unidade apregoado pelas elites durante a guerra de independência, num momento tão crucial como aquele, pode ser entendido como uma tentativa de fortalecimento da causa libertadora, mas estabelecer um ideal nacionalista numa tentativa de criar um elo indenível entre povo e nação requeria muito mais que discursos inflamados por membros da elite. O nacionalismo e a nacionalidade precisariam ser inventados no Brasil. Entre a abdicação de Pedro I, a Regência e a elevação do novo Imperador D. Pedro II, aconteceram revoltas, rebeliões e sedições, mas essa é outra história.

* Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense e Professor do Departamento de História e do Programa de Pós Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí – DH/PPGHB/UFPI.

¹ JANCSO, Isvan. A construção dos Estados Nacionais na América Latina: Apontamentos para o estudo do Império como Projeto In: SZMRECSANYI, Tamas; LAPA, J. R. Amaral. (org.) *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Edusp, 2002, p. 03.

- ² FAUSTO, Boris: *História do Brasil*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995, p. 100.
- ³ Há uma vasta historiografia sobre o processo de independência, no entanto dado aos limites do trabalho recomendo ver os artigos de: PIMENTA, João Paulo G. A Independência do Brasil e o liberalismo português: um balanço da produção acadêmica. *Revista Digital de Historia Iberoamericana*. Madrid, V.1, N.1, 2008. Disponível em: <http://revistahistoria.universia.net/article/viewFile/208/334> e MALERBA, Jurandir As Independências do Brasil: ponderações teóricas em perspectiva historiográfica. *História*, São Paulo, V.24, N.1, P.99-126, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a05v24n1.pdf>. Ambos os artigos mostram as diferentes perspectivas historiográficas sobre o processo de independência no Brasil.
- ⁴ BRUM, Argemiro J. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. 20ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 153.
- ⁵ HOBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Programa, mito e realidade, 2ª Ed, São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- ⁶ Ver: DIAS, Claudete Maria Miranda. O outro lado da história: o processo de independência do Brasil visto pelas lutas no Piauí – 1789-1850. 1999. *Tese de Doutorado em História*, IFCS/UFRJ, 1999 e BRITO, Bugyja. O Piauí e a Unidade Nacional. Teresina: Cia. Editora do Piauí.
- ⁷ Durante a guerra contra o Paraguai em 1865 o então presidente da província do Piauí, Franklin Américo Dória ao desencadear a mobilização de vários setores da sociedade na província evocou varias vezes em seus discursos e conclamações a memória da batalha do Jenipapo para lembrar aos próprios piauienses que seus antepassados haviam derramado o seu sangue por uma causa nacional. Ver: ARAÚJO, Johny Santana de. *Bravos do Piauí! Orgulhai-vos...: a propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a Guerra do Paraguai (1865-1866)*. Teresina: EDUFPI, 2011.
- ⁸ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1990, p. 474.
- ⁹ NUNES, Odilon, *Pesquisa para a história do Piauí: a Independência do Brasil, especialmente no Piauí*. Manifestações republicanas. A ordem. Teresina: FUNDAPI, 2007, p. 33.
- ¹⁰ *Ibid*, p. 34.
- ¹¹ O Piauí havia sido desmembrado do Maranhão por determinação do rei de Portugal sendo criada a Capitania de São José do Piauí, em 1718, tendo sido instaurada definitivamente em 1758. O seu primeiro governador foi o militar português João Pereira Caldas. A separação de fato das duas capitanias deu-se somente por decreto régio em 10 de outubro de 1811, apesar de que a referida carta tenha chegado a Oeiras apenas no mês de setembro de 1812. Ver: NEVES, Abdias. *A Guerra do Fidié*. 4ª Ed. Teresina: FUNDAPI, 2006, p. 46.
- ¹² NUNES, Odilon, op. cit, p. 34.
- ¹³ SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. 13ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990, n/p.
- ¹⁴ NUNES, Odilon, op. cit. p. 34.
- ¹⁵ *Ibid*, p. 35
- ¹⁶ O cerne do projeto de Saraiva para o desenvolvimento da Província do Piauí era o Rio Parnaíba como meio de navegação para escoamento da produção, o que virtualmente seria “[...] indutora da expansão agrícola e comercial [...]”. Ver QUEIROZ, Teresinha de J. M. *Economia Piauiense: da pecuária ao extrativismo* 2ª Ed. Teresina: EDUFPI, 1998, p. 11.
- ¹⁷ Sobre a transferência da antiga capital Oeiras para a nova capital Teresina existem os trabalhos clássicos de CHAVES, Joaquim. *Obra Completa*. Teresina: FCMC, 1998; e NUNES, Odilon, op. cit. Para o entendimento a partir dos aflusos de uma nova historiografia ver o trabalho de Genimar Carvalho: CARVALHO, Genimar Machado Resende de. *Construtores e aprendizes: cativos da nação e educandos artífices nas obras publicas de construção de Teresina (1850-1873)* Porto Alegre: FCM, 2013.
- ¹⁸ SANTANA, R. N. Monteiro de. *Evolução Histórica da Economia Piauiense*. 2ª Ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2001, p. 80.
- ¹⁹ CASTRO, Francisco. *A guerra do Jenipapo: a independência do Piauí*. São Paulo: FTD, 2002, p. 08.
- ²⁰ Os Governadores ou Comandantes das Armas constituíam-se em comandantes territoriais do Exército Português, foram instituídos por ordem do governo metropolitano português (as cortes). As funções de Governadores, ou Comandantes das Armas foram estabelecidos nas diferentes regiões do Reino Unido, suas atribuições tiveram inicio em 1821, sua missão era administrar e organizar as forças militares estacionadas nas províncias no Brasil. Ver SALGADO, Graça (Org.). *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- ²¹ DIAS, Claudete Maria Miranda. *Balaços e Bem-te-vis: a guerrilha sertaneja*. 2ª Ed. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2002, p. 107.
- ²² Sobre as relações sociais nos sertões do Piauí do período colônia ao limiar do império Ver: CASTELO BRANCO, R. P. *A civilização do couro*, Teresina: DEIP, 1942.
- ²³ Sobre a escravidão nas fazendas Nacionais ver: LIMA, Solimar Oliveira. *Braço forte: trabalho escravo nas fazendas da nação do Piauí: 1822-1871*. Passo Fundo: UPF, 2005. Sobre a condição do escravo na província ver: BRANDÃO, T. M. P. *O Escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórico do século XVIII*. 1ª Ed. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí, 1999.

²⁴ QUEIROZ, Teresinha de J. M. op. cit, p. 13.

²⁵ A relação social e de apadrinhamento entre colonos e senhores e para além destes pobres e miseráveis ajuda a compreender a insatisfação popular que se instaurou na província pós-independência explica a explosão de revolta popular que decorreria na Balaiada, sobre a situação da economia piauiense e as relações sociais de trabalho no campo ao longo da Colônia e do Império ver: SANTANA, R. N. Monteiro de. op. cit.

²⁶ NEIVA, Arthur e PENA, Belisário. *Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás*. Edição Fac-similar. Brasília: Senado Federal, 1999, p. 198.

²⁷ MESGRAVIS, Laima. A sociedade brasileira e a historiografia colonial. In: FREITAS, Marcos C. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p. 52.

²⁸ Ibid, p. 53.

²⁹ Sobre os limites da cidadania no império ver: CARVALHO, José Murilo de. *A Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; CARVALHO, José Murilo de. *Nação e cidadania no Império*. Novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Sobre a noção de Pátria como sendo o lugar que nos cerca ver: HOBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Programa, mito e realidade, 2a Ed, São Paulo: Paz e Terra, 1996. E elaboração histórico-geográfica de Pátria ver: MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil: 1808-1912*. São Paulo: UNESP / Moderna, 1997.

³⁰ DIAS, Claudete Maria Miranda. op. cit, p. 107.

³¹ Ibid, p. 108.

³² BRANDÃO, Wilson de Andrade. *História da independência no Piauí*. Teresina: FUNDAPI, 2006, pp. 150-152.

³³ ARAÚJO, Johnny Santana de. op. cit, p. 68.

³⁴ A batalha ocorreu próxima a atual cidade de Campo Maior, entre as forças de Fidié e os Revoltosos Piauienses, sendo um dos melhores relatos feitos pelo lado Português FIDIE, João José da Cunha. *Varia Fortuna de um Soldado Português*. Teresina: Fundapi, 2006.

³⁵ A expressão: “revolucionários” é utilizado aqui por uma convenção historiográfica, há questões de cunho conceitual para diferenciar guerra de libertação colonial, revolução e por extensão o termo revolucionários. Sobre o assunto ver o verbete Revolução em BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da UNB, 11ª ed., 1998. Vol. 1.

³⁶ A historiografia piauiense, ao longo dos anos vem buscando traçar uma identidade regional própria do Piauí, ligando-o a causa da independência, desde os antigos pesquisadores como BRANDÃO, Wilson de Andrade. op. cit; BRITO, Bugyja. op. cit, e CHAVES, Joaquim. *O Piauí nas lutas da independência do Brasil*. Teresina: Alínea Publicações Editora, 2005, ou mais recente DIAS, Claudete Maria Miranda. O outro lado da história: o processo de independência do Brasil visto pelas lutas no Piauí – 1789-1850. 1999. *Tese de Doutorado em História*, IFCS/UFRJ, 1999, mostram a Província como sendo um lugar ao norte do Império brasileiro, onde toda a independência foi consolidada, através de uma campanha militar.

³⁷ DIAS, Claudete Maria Miranda. op. cit, p. 102.

³⁸ BRANDÃO, Wilson de Andrade. op. cit, pp. 124-125.

³⁹ MENDES, Francisco Iweltman Vasconcelos. Parnaíba: educação e sociedade na primeira república. Teresina: UFPI, *Dissertação de Mestrado*, Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí – UFPI, 2007, p. 40.

⁴⁰ Sobre a Confederação do Equador é possível indicar: Sobre o federalismo das Provinciais, ver: DOLHNIKOF, Miriam F. *Elites regionais e a construção do Estado Nacional* In: Jancsó, István (org.) Brasil: Formação do Estado e da Nação. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003. Sobre o movimento em Pernambuco, ver: LEITE, Glacyra Lazzari. *A Confederação do Equador*. São Paulo: Editora Ática, 1996; MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo, Editora 34, 2004. Sobre a participação do Piauí, ver: NEVES, Abdias. *O Piauí na confederação do Equador*. Teresina: EDUFPI/APL, 1997.

⁴¹ A Balaiada foi um movimento de cunho social acontecido entre 1838 e 1841, que se insere no conjunto de rebeliões do período regencial, o movimento se iniciou após a libertação do irmão de um vaqueiro chamado Raimundo Gomes este recebeu apoio de Lívio Pedro Moura e de Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, Raimundo Gomes arregimentou muitos revoltosos, dentre eles um escravo fugido Chamado Cosme, em diferentes frentes atacaram e saquearam varias fazendas e vilas entre o Maranhão e o Piauí, o movimento de cunho social também adquiriu conotação política. Foi debelado pelo coronel Luís Alves de Lima e Silva então Barão de Caxias. Sobre o movimento no Piauí ver: DIAS, Claudete Maria Miranda. *Balaies e Bem-te-vis: a guerrilha sertaneja*. 2ª Ed. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2002. Sobre o movimento no Maranhão ver: JANOTTI, Maria e Lourdes Mônaco. *A Balaiada*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

⁴² CARVALHO, Maria do Amparo Alves de. Batalha do Jenipapo: Reminiscências da cultura material em uma abordagem arqueológica. Porto Alegre: PUC RS. *Tese de Doutorado*, Programa de Pós-Graduação em História

da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica Rio Grande do Sul, 2014, p. 56.

⁴³ Ibid.

⁴⁴ DIAS, Claudete Maria Miranda. O outro lado da história: o processo de independência do Brasil visto pelas lutas no Piauí – 1789-1850. 1999. *Tese de Doutorado em História*, IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 1999, p. 102.

⁴⁵ Ibid.

⁴⁶ A expressão foi utilizada por Manoel de Sousa Martins em correspondência com o Ministro dos negócios do Império para se referir as diretrizes que havia estabelecido dentro do Piauí a fim de enquadrar os líderes sediciosos da Confederação do Equador. Ver: BRITTO, Anísio. *Adesão do Piauí à Confederação do Equador*, Documentos do Instituto Ceará. Documentos coligidos pelo Dr. Anísio Britto. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1922.

⁴⁷ Os conservadores que acenderiam ao poder alguns anos depois tratariam de estabelecer uma política centralizadora para o Império, sobre sua política de centralização, ver: MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo de Saquarema: a formação do Estado imperial*. 3ª Ed. Rio de Janeiro, 1994.

⁴⁸ CARVALHO, Mary Lúcia Alves de. O Piauí sob o olhar dos viajantes estrangeiros no século XIX. São Paulo: Universidade Gama Filho, 2013. *Artigo de Especialização*. Curso de Pós-Graduação em História e Cultura no Brasil da Universidade Gama Filho, 2013, p. 09.

⁴⁹ Ibid.

⁵⁰ Sobre o movimento de 1817 em Recife, ver: MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo, Editora 34, 2004.

⁵¹ CARVALHO, Mary Lúcia Alves de. op. cit, p. 10.

⁵² OFÍCIO de Manoel de Sousa Martins ao Ministro do Império 21/10/1824, In: BRITTO, Anísio. op. cit, p. 76.

⁵³ MENDES, Francisco Iweltman Vasconcelos. Parnaíba: educação e sociedade na primeira república. Teresina: UFPI, *Dissertação de Mestrado*, Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí UFPI, 2007, p. 40.

⁵⁴ Ibid, p. 41.

⁵⁵ OFÍCIO de Manoel de Sousa Martins ao Ministro do Império, 21/10/1824. BRITTO, Anísio. op. cit, p.76.

⁵⁶ CANECA, Frei. “Typhis Pernambucano de 10/6/1824”, in: *Ensaio políticos*. Rio de Janeiro: PUC, 1976, p. 101. Ver também em: DOLHNIKOF, Mirian In: JANCÓS, István. op. cit, p. 437.

⁵⁷ MENDES, Francisco Iweltman Vasconcelos. op.cit, p. 41.

⁵⁸ Houve outros participantes, mas em razão do percurso dado ao artigo optamos por não estudar o núcleo central das lideranças que compuseram o movimento. Sobre as lideranças ver: CHAVES, Joaquim. op cit; e BRANDÃO, Wilson de Andrade. op. cit.

⁵⁹ BASILE, Marcello Otávio N. de C. O Império Brasileiro: Panorama Político. In: LINHARES, Maria Yedda. (Org.) *História Geral do Brasil*, 7 ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000, pp. 203-204.

⁶⁰ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo, Alameda Casa Editorial, 2005, p. 17.

⁶¹ Ibid.

⁶² CARVALHO, José Murilo de. Brasil: Nações imaginadas. In: ____ *Pontos e Bordados: escritos de história e política*, Belo Horizonte: EdUFMG. 1999, p. 239.

⁶³ Ibid.

⁶⁴ Ano de fundação do IHGB, instituição que trabalhou com dois sentidos, elaborar uma história nacional e preparar um projeto de Nação.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Johny Santana de. *Bravos do Piauí! Orgulhai-vos...: a propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a Guerra do Paraguai (1865-1866)*. Teresina: EDUFPI, 2011.

BASILE, Marcello Otávio N. de C. O Império Brasileiro: Panorama Político. In: LINHARES, Maria Yedda. (Org.) *História Geral do Brasil*, 7 ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da UNB, 11ª ed., 1998. Vol. 1.

BRANDÃO, T. M. P. *O Escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórico do século XVIII*. 1ª Ed. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí, 1999.

BRANDÃO, Wilson de Andrade. *História da independência no Piauí*. Teresina: FUNDAPI, 2006.

BRITTO, Anísio. *Adesão do Piauí à Confederação do Equador*, Documentos do Instituto Ceará. Documentos coligidos pelo Dr. Anísio Britto. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1922.

BRITO, Bugya. *O Piauí e a Unidade Nacional*. Teresina: Cia. Editora do Piauí, 1973.

BRUM, Argemiro J. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. 20ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

CANECA, Frei. “Typhis Pernambucano de 10/6/1824”, in: *Ensaio políticos*. Rio de Janeiro: PUC, 1976.

CARVALHO, Genimar Machado Resende de. *Construtores e aprendizes: cativos da nação e educandos artífices nas obras publicas de construção de Teresina (1850-1873)* Porto Alegre: FCM, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. *A Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. *Nação e cidadania no Império*. Novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. Brasil: Nações imaginadas. In: ____ *Pontos e Bordados: escritos de história e política*, Belo Horizonte: EdUFMG. 1999.

CARVALHO, Maria do Amparo Alves de. *Batalha do Jenipapo: Reminiscências da cultura material em uma abordagem arqueológica*. Porto Alegre: PUC RS. *Tese de Doutorado*, Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica Rio Grande do Sul, 2014.

CARVALHO, Mary Lúcia Alves de. *O Piauí sob o olhar dos viajantes estrangeiros no século XIX*. São Paulo: Universidade Gama Filho, 2013. *Artigo de Especialização*. Curso de Pós-Graduação em História e Cultura no Brasil da Universidade Gama Filho, 2013.

CASTELO BRANCO, R. P. *A civilização do couro*, Teresina: DEIP, 1942.

CASTRO, Francisco. *A guerra do Jenipapo: a independência do Piauí*. São Paulo: FTD, 2002.

CHAVES, Joaquim. *Obra Completa*. Teresina: FCMC, 1998.

CHAVES, Joaquim. *O Piauí nas lutas da independência do Brasil*. Teresina: Alínea Publicações Editora, 2005.

DIAS, Claudete Maria Miranda. *Balaíos e Bem-te-vis: a guerrilha sertaneja*. 2ª Ed. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2002.

DIAS, Claudete Maria Miranda. O outro lado da história: o processo de independência do Brasil visto pelas lutas no Piauí – 1789-1850. 1999. *Tese de Doutorado em História*, IFCS/UFRJ, 1999.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo, Alameda Casa Editorial, 2005.

DOLHNIKOF, Miriam F. *Elites regionais e a construção do Estado Nacional* In: JANCSÓ, István (org.) *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

FAUSTO, Boris: *História do Brasil*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995, p. 100.

FIDIE, João José da Cunha. *Varia Fortuna de um Soldado Português*. Teresina: Fundapi, 2006.

JANCSO, Isvan. A construção dos Estados Nacionais na América Latina: Apontamentos para o estudo do Império como Projeto In: SZMRECSANYI, Tamas; LAPA, J. R. Amaral. (org.) *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Edusp, 2002.

JANOTTI, Maria e Lourdes Mônaco. *A Balaiada*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Programa, mito e realidade, 2a Ed, São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1990.

LEITE, Glacyra Lazzari. *A Confederação do Equador*. São Paulo: Editora Ática, 1996.

MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil: 1808-1912*. São Paulo: UNESP / Moderna, 1997.

MALERBA, Jurandir As Independências do Brasil: ponderações teóricas em perspectiva historiográfica. *História*, São Paulo, V.24, N.1, P.99-126, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a05v24n1.pdf>, acessado em: 23/12/2014.

LIMA, Solimar Oliveira. *Braço forte: trabalho escravo nas fazendas da nação do Piauí: 1822-1871*. Passo Fundo: UPF, 2005.

MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo de Saquarema: a formação do Estado imperial*. 3ª Ed. Rio de Janeiro, 1994.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo, Editora 34, 2004.

MENDES, Francisco Iweltman Vasconcelos. Parnaíba: educação e sociedade na primeira república. Teresina: UFPI, *Dissertação de Mestrado*, Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí UFPI, 2007.

MESGRAVIS, Laima. A sociedade brasileira e a historiografia colonial. In: FREITAS, Marcos C. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

NEIVA, Arthur e PENA, Belisário. *Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás*. Edição Fac-similar. Brasília: Senado Federal, 1999.

NEVES, Abdias. *A Guerra do Fidié*. 4ª Ed. Teresina: FUNDAPI, 2006.

NEVES, Abdias. *O Piauí na confederação do Equador*. Teresina: EDUFPI/APL, 1997.

NUNES, Odilon, *Pesquisa para a história do Piauí: a Independência do Brasil, especialmente no Piauí*. Manifestações republicanas. A ordem. Teresina: FUNDAPI, 2007.

PIMENTA, João Paulo G. A Independência do Brasil e o liberalismo português: um balanço da produção acadêmica. *Revista Digital de Historia Iberoamericana*. Madrid, V.1, N.1, 2008. Disponível em: <http://revistahistoria.universia.net/article/viewFile/208/334>, acessado em 20/12/2014.

QUEIROZ, Teresinha de J. M. *Economia Piauiense: da pecuária ao extrativismo* 2ª Ed. Teresina: EDUFPI, 1998.

SALGADO, Graça (Org.). *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SANTANA, R. N. Monteiro de. *Evolução Histórica da Economia Piauiense*. 2ª Ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2001.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. 13ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.